



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

1 DIFERENÇA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Órgão: FUB Prova: Conhecimentos Básicos - Cargo 2 (+ provas)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item. É garantida a livre manifestação do pensamento, ainda que na forma anônima.

CESPE - TCE-RO - Analista de Informática / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item. O direito de resposta proporcional ao agravo tem abrangência ampla e aplica-se a todas as ofensas, ainda que elas não sejam de natureza penal.

DPE-PB - Defensor Público. Em relação aos eventos públicos de defesa da legalização ou descriminalização do uso de drogas, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são

- a) vedados, pois configuram o crime de apologia de fato criminoso.
- b) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de reunião e de manifestação de pensamento.
- c) vedados, pois configuram o crime de induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga.
- d) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de associação e de manifestação de pensamento.
- e) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de associação e de resistência.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

2 ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 1ª - direitos e deveres individuais e coletivos (CF, art. 5º);
- 2ª - direitos sociais (CF, art. 6º ao 11);
- 3ª - direitos de nacionalidade (CF, art. 12 e 13);
- 4ª - direitos políticos (CF, art. 14 a 16); e
- 5ª - direitos relativos à existência e funcionamento dos partidos políticos (CF, art. 17).



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

3 DIREITOS FUNDAMENTAIS: ROL TAXATIVO OU EXEMPLIFICATIVO

ART. 5, § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



(CESPE/MMA) Os direitos e garantias fundamentais encontram-se destacados exclusivamente no art. 5º do texto constitucional.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

4 DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

5 CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Órgão: TJ-SE Prova: Analista Judiciário - Direito

Julgue os itens a seguir, a respeito da teoria dos direitos fundamentais e dos princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988 (CF).

A historicidade, como característica dos direitos fundamentais, proclama que seu conteúdo se modifica e se desenvolve de acordo com o lugar e o tempo. Por isso, os direitos fundamentais podem surgir e se transformar.

CESPE - Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa Disciplina: Direito Constitucional | Assuntos: Direitos Individuais; Texto associado à questão Ver texto associado à questão Os direitos e garantias individuais previstos na CF têm caráter absoluto.

PC-SC Prova: Agente de Polícia. O art. 5º da Constituição Federal trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, espécie do gênero direitos e garantias fundamentais (Título II). Assim, apesar de referir-se, de modo expresso, apenas a direitos e deveres, também consagrou as garantias fundamentais. (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado, São Paulo: Saraiva, 2009, 13ª. ed., p. 671).

Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos.

II - O rol dos direitos expressos nos 78 incisos e parágrafos do art. 5º da Constituição Federal é meramente exemplificativo.

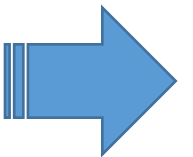
III - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

6 EFICÁCIA VERTICAL E HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



VER EXEMPLOS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

6 EFICÁCIA VERTICAL E HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

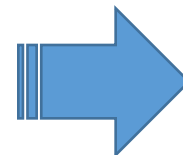
XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

7 DIMENSÕES/GERAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



MAPA MENTAL

DIREITOS FUNDAMENTAIS

GERAÇÕES DE DIREITOS (Dimensões)

1ª GERAÇÃO	2ª GERAÇÃO	3ª GERAÇÃO
LIBERDADE	IGUALDADE	FRATERNIDADE
Direitos negativos (não agir)	Direitos a prestações	
Direitos civis e políticos: liberdade política, de expressão, religiosa, comercial	Direitos sociais, econômicos e culturais	Direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio, direito à paz
Direitos individuais	Direitos de uma coletividade	Direitos de toda a Humanidade
Estado liberal	Estado social e Estado democrático e social	

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Órgão: TJ-SE Prova: Técnico Judiciário - Área Judiciária

Acerca dos direitos fundamentais e do conceito e da classificação das constituições, julgue os itens a seguir.

Os direitos fundamentais têm o condão de restringir a atuação estatal e impõem um dever de abstenção, mas não de prestação.

CESPE/DPE-ES Os direitos de primeira geração ou dimensão (direitos civis e políticos) — que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais — realçam o princípio da igualdade; os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) — que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas — acentuam o princípio da liberdade; os direitos de terceira geração — que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais — consagram o princípio da solidariedade.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

8 APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

ART. 5, § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

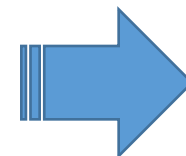


DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

9 TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

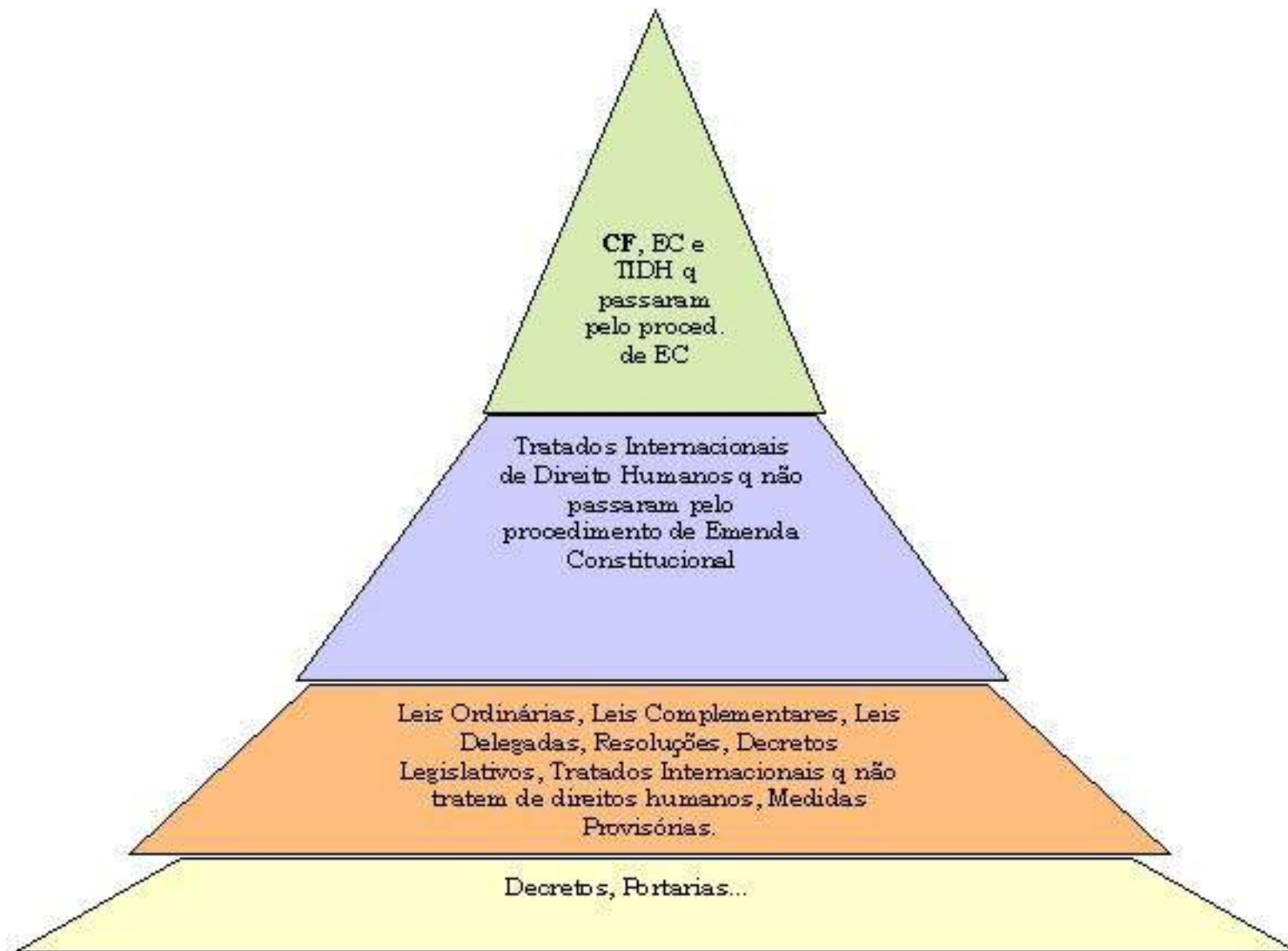
ART. 5, § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.



MAPA MENTAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Telebras - Especialista em Gestão de Telecomunicações - Advogado / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) Julgue os itens seguintes, a respeito dos direitos e garantias fundamentais. De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), todos os tratados internacionais de direitos humanos possuem status supraconstitucional.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

10 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

11 DIREITOS FUNDAMENTAIS: CLÁUSULAS PÉTREAS

ART. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



PGE-BA - Analista de Procuradoria - Área de Apoio Administrativo. O princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, aplica-se, conforme expressa disposição constitucional e em relação ao enunciado no art. 5º :

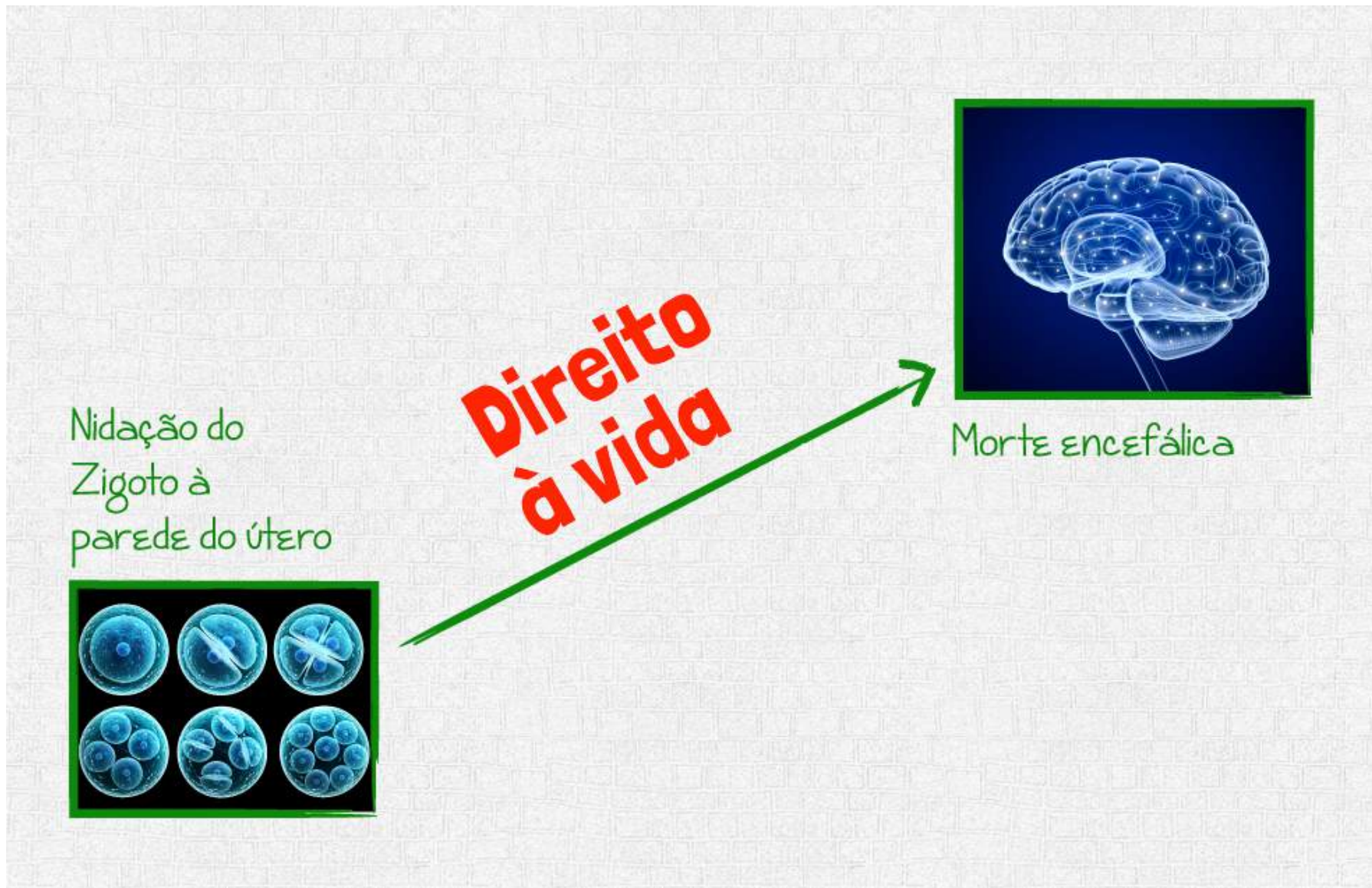
- a) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.
- b) aos brasileiros natos e naturalizados.
- c) aos brasileiros natos.
- d) aos brasileiros que estejam dentro ou fora do País.
- e) indistintamente a todos os que estejam no território nacional.

CESPE MPU - Técnico - Tecnologia da Informação e Comunicação. Embora os direitos e as garantias fundamentais se destinem essencialmente às pessoas físicas, alguns deles podem ser estendidos às pessoas jurídicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

12 DIREITO À VIDA





DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

12 DIREITO À VIDA



12 DIREITO À VIDA

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese destruição de aeronave.

[LEI Nº 9.614, DE 5 DE MARÇO DE 1998](#)

ADVERTÊNCIA, TIROS E POUSO

O **Tucano da FAB** tentou contatos via rádio com o piloto da aeronave não identificada, mas não recebeu retorno. Em seguida, disparou o primeiro tiro de advertência. Foi então que o avião dos traficantes teve a rota desviada em direção à Bolívia. Pouco depois, a FAB efetuou o chamado "tiro de destruição" e os traficantes decidiram pousar em uma fazenda.





DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

12 DIREITO À VIDA

STF libera pesquisas com células-tronco embrionárias

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (29) que as pesquisas com células-tronco embrionárias não violam o direito à vida, tampouco a dignidade da pessoa humana. Esses argumentos foram utilizados pelo ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510) ajuizada com o propósito de impedir essa linha de estudo científico.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

12 DIREITO À VIDA

STF decide que aborto nos três primeiros meses de gravidez não é crime:

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (29) descriminalizar o aborto no primeiro trimestre da gravidez. Seguindo voto do ministro Luís Roberto Barroso, o colegiado entendeu que são inconstitucionais os artigos do Código Penal que criminalizam o aborto. O entendimento, no entanto, vale apenas para um caso concreto julgado pelo grupo nesta terça-feira.

A decisão da Turma foi tomada com base no voto do ministro Luís Roberto Barroso. Para o ministro, a criminalização do aborto nos três primeiros meses da gestação viola os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, o direito à autonomia de fazer suas escolhas e o direito à integridade física e psíquica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE SUFRAMA - Nível Superior - Conhecimentos Básicos - Cargos 3 e 4 Disciplina: Direito Constitucional | Assuntos: Direitos Individuais; Direito à Vida; No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue. O direito à vida, assim como todos os demais direitos fundamentais, é protegido pela CF de forma não absoluta.

CESPE MS - Analista Técnico - Administrativo / Direito Constitucional / Direitos Individuais; Em nenhuma hipótese, é admitida pela CF a pena de morte, a qual sequer poderá ser objeto de emenda, dada a existência de cláusula pétrea nesse sentido.

CESPE MPU - Analista - Direito / Direito Constitucional / Direitos Individuais; Com base no que dispõe a CF acerca do direito penal, julgue os itens seguintes. A lei regulará a individualização da pena, proibidas, em qualquer situação, a pena de morte, a de caráter perpétuo, a de trabalhos forçados, a de banimento e a cruel.

CESPE MS - Analista Técnico - Administrativo. Em nenhuma hipótese, é admitida pela CF a pena de morte, a qual sequer poderá ser objeto de emenda, dada a existência de cláusula pétrea nesse sentido.

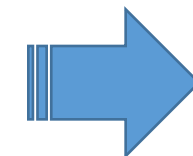
CESPE PC-BA - Delegado de Polícia. A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

13 PRINCÍPIO DA IGUALDADE (ISONOMIA)



HOMENS E MULHERES

13 PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES (ISONOMIA)

Com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha 45 dias após sua publicação, começaram a chegar à Justiça processos relacionados à regra então estabelecida, e surgiram também interpretações divergentes dos magistrados quanto à sua aplicação. A análise da norma chegou ao STF por meio de duas ações de controle concentrado de constitucionalidade – Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 19 e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4424, julgadas em 9 de fevereiro de 2012.

No julgamento da ADC 19, a votação foi unânime para declarar a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei 11.340/2006. A ação foi ajuizada pela Presidência da República com o objetivo de pacificar entendimento sobre a aplicação da lei e, assim, permitir decisões uniformes em todas as instâncias do Judiciário.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Órgão: FUB Prova: Conhecimentos Básicos - Cargo 2 (+ provas)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

Homens e mulheres são absolutamente iguais em direitos e obrigações.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

14 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (aplicável ao cidadão)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

15 DESDOBRAMENTO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;



Súmula Vinculante n. 11 do STF **(Supremo Tribunal Federal)**

Só é lícito o uso de algemas em caso de **resistência** e de **fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia**, por parte do preso ou de terceiros, justificada a **excepcionalidade por escrito**, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

15 DESDOBRAMENTO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE - Analista Técnico - Administrativo - Conhecimentos Básicos / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) No tocante à aplicabilidade e à eficácia dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes. Segundo jurisprudência firmada pelo STF mediante aprovação de súmula vinculante acerca da matéria, somente será admissível o uso de algemas quando houver necessidade de transporte do preso para ser conduzido até delegacia, presídio ou mesmo sala de audiências, justamente pelo fato de se expor a perigo a autoridade policial, colocando em risco a sua integridade física.

CESPE - DEPEN - Agente Penitenciário / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) Segundo a Constituição Federal, ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante. Com base nessa regra, o STF tem entendimento firmado no sentido de que é ilegal o uso de algemas, devendo o Estado assegurar outros meios para evitar a fuga de presos e o perigo à integridade física de terceiros.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



16 LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

SOU
CONCURSEIRO
e vou PASSAR
Preparando vencedores!



BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

STF LIBERA AS BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS





DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

Quarta-feira, 10 de junho de 2015

STF afasta exigência prévia de autorização para biografias

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4815 e declarou inexigível a autorização prévia para a publicação de biografias. Seguindo o [voto da relatora](#), ministra Cármen Lúcia, a decisão dá interpretação conforme a Constituição da República aos artigos 20 e 21 do Código Civil, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença de pessoa biografada, relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas).

Na ADI 4815, a Associação Nacional dos Editores de Livros (ANEL) sustentava que os artigos 20 e 21 do Código Civil conteriam regras incompatíveis com a liberdade de expressão e de informação. O tema foi objeto de audiência pública convocada pela relatora em novembro de 2013, com a participação de 17 expositores.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



DENÚNCIAS ANÔNIMAS COMO NOTITIA CRIMINIS

[INFORMATIVO 565 - STF HC 97197](#)

ARTIGO

Delação Anônima - Investigação Penal - Ministério Público - Autonomia Investigatória (Transcrições) HC 100042-MC/RO* RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO EMENTA: A INVESTIGAÇÃO PENAL E A QUESTÃO DA DELAÇÃO ANÔNIMA. DOUTRINA. PRECEDENTES. PRETENDIDA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, COM O CONSEQÜENTE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. DESCARACTERIZAÇÃO, NA ESPÉCIE, DA PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. - As autoridades públicas não podem iniciar qualquer medida de persecução (penal ou disciplinar), apoiando-se, unicamente, para tal fim, em peças apócrifas ou em escritos anônimos. É por essa razão que o escrito anônimo não autoriza, desde que isoladamente considerado, a imediata instauração de "persecutio criminis". - Peças apócrifas não podem ser formalmente incorporadas a procedimentos instaurados pelo Estado, salvo quando forem produzidas pelo acusado ou, ainda, quando constituírem, elas próprias, o corpo de delito (como sucede com bilhetes de resgate no crime de extorsão mediante seqüestro, ou como ocorre com cartas que evidenciem a prática de crimes contra a honra, ou que corporifiquem o delito de ameaça ou que materializem o "crimen falsi", p. ex.). - Nada impede, contudo, que o Poder Público, provocado por delação anônima ("disque-denúncia", p. ex.), adote medidas informais destinadas a apurar, previamente, em averiguação sumária, "com prudência e discrição", a possível ocorrência de eventual situação de ilicitude penal, desde que o faça com o objetivo de conferir a verossimilhança dos fatos nela denunciados, em ordem a promover, então, em caso positivo, a formal instauração da "persecutio criminis", mantendo-se, assim, completa desvinculação desse procedimento estatal em relação às peças apócrifas.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



MARCHA DA MACONHA E DIREITO DE EXPRESSÃO:

Em decisão unânime (8 votos), o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou a realização dos eventos chamados "marcha da maconha", que reúnem manifestantes favoráveis à descriminalização da droga. Para os ministros, os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento garantem a realização dessas marchas. Muitos ressaltaram que a liberdade de expressão e de manifestação somente pode ser proibida quando for dirigida a incitar ou provocar ações ilegais e iminentes.

Pela decisão, tomada no julgamento de ação (ADPF 187) ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o artigo 287 do Código Penal deve ser interpretado conforme a Constituição de forma a não impedir manifestações públicas em defesa da legalização de drogas. O dispositivo tipifica como crime fazer apologia de "fato criminoso" ou de "autor do crime".

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS





DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



16 LIBERDADE DE INFORMAÇÃO – IMPRENSA / VEÍCULOS DE INFORMAÇÃO

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

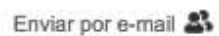


/ TECNOLOGIA

04/01/2007 - 08h43m - Atualizado em 09/01/2007 - 17h21m

VÍDEO DE CICARELLI PODE TIRAR YOUTUBE DO AR NO BRASIL

Nas imagens, modelo e namorado aparecem em praia espanhola. Site pode pagar multa de R\$ 10 milhões por não excluir vídeos.



Tamanho da letra **A-** **A+**

tv globo

Jornal Nacional

Jornal da Globo

Jornal Hoje

Bom Dia Brasil

Fantástico

mais programas

globo news

Em Cima da Hora

Conta Corrente

Jornal das Dez

mais programas

outras mídias

jornais e revistas

rádios

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou nesta quarta-feira (03), por liminar, que o site de vídeos YouTube -- o mais popular de sua categoria -- se torne inacessível para os internautas brasileiros. A decisão do desembargador Ênio Santarelli Zuliani tem como objetivo punir a empresa por não respeitar a decisão da Justiça de retirar do ar o vídeo da modelo e apresentadora Daniella Cicarelli.



Cicarelli foi filmada com o namorado Renato Malzoni Filho em uma praia de Cádiz, na Espanha

Leia no blog [Bastidores da Redação](#) o "outro lado" dessa decisão.

07/05/2012 14h46 - Atualizado em 07/05/2012 16h13

Fotos de Dieckmann foram feitas para intimidade do casal, diz advogado

Atriz é ouvida desde as 9h15 sobre vazamento de fotos na web.
Segundo advogado, técnico foi chamado para abrir computador da atriz.

José Raphael Berrêdo
Do G1 RJ



O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse, na tarde desta segunda-feira (7), que as **fotos da atriz Carolina Dieckmann nua** que vazaram na internet foram tiradas para intimidade dela e do marido, o diretor Tiago Worcman. Por volta das 15h, a atriz continuava na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), no Centro do Rio.

As 36 fotos de nudez da atriz foram publicadas sexta-feira (4). A atriz chegou a receber e-mails exigindo R\$ 10 mil para

que as fotos não fossem publicadas, mas não aceitou a chantagem.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

SOU
CONCURSEIRO
E VOU PASSAR
Preparando vencedores!

☰ MENU

G1

TECNOLOGIA E GAMES

01/04/2013 18h07 - Atualizado em 02/04/2013 07h28

Lei 'Carolina Dieckmann', que pune invasão de PCs, entra em vigor

Fotos de atriz foram publicadas na web e deram início a debate jurídico. Pena para quem roubar dados de autoridades será maior.

Do G1, em São Paulo

 FACEBOOK



A lei 12.737 de 2012, a chamada lei "Carolina Dieckmann", que, entre outras coisas, torna crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares, entrará em vigor nesta terça-feira (2).

Sancionada em dezembro de 2012, a alteração do Código Penal foi apelidada com o nome da atriz, após fotos em que Carolina Dieckmann aparecia nua terem sido divulgadas na internet.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Órgão: FUB Prova: Conhecimentos Básicos - Cargo 2 (+ provas)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item. É garantida a livre manifestação do pensamento, ainda que na forma anônima.

CESPE - TCE-RO - Analista de Informática / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item. O direito de resposta proporcional ao agravo tem abrangência ampla e aplica-se a todas as ofensas, ainda que elas não sejam de natureza penal.

DPE-PB - Defensor Público. Em relação aos eventos públicos de defesa da legalização ou descriminalização do uso de drogas, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são

- a) vedados, pois configuram o crime de apologia de fato criminoso.
- b) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de reunião e de manifestação de pensamento.
- c) vedados, pois configuram o crime de induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga.
- d) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de associação e de manifestação de pensamento.
- e) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de associação e de resistência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



A CF estabelece que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Diante da amplitude do tratamento constitucional atribuído a essas liberdades, mesmo que a manifestação dessas atividades viole a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de alguém, não será devida qualquer indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

32. CESPE/ABIN Uma famosa atriz estrangeira, em viagem de férias pelo Brasil, foi fotografada juntamente com o seu namorado brasileiro, por jornalistas que pretendiam publicar as fotos em revistas de grande circulação. A liberdade de imprensa não admite censura. Dessa forma, o casal não poderia impedir, mesmo judicialmente, a divulgação das fotos.

CESPE - Polícia Federal - Escrivão da Polícia Federal / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF). Considere que a Polícia Federal tenha recebido denúncia anônima a respeito de suposta prática delituosa inserida em seu âmbito de investigação. Nessa situação, o órgão não poderá investigar, visto que a CF veda expressamente o anonimato e a conseqüente deflagração da persecução penal com fundamento na referida denúncia anônima.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



17 LIBERDADE DE CRENÇA

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



ESPAÇO DO SERVIDOR | ENGLISH | ESPAÑOL
MAPA DO PORTAL

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Brasília, 20 de setembro de 2016 - 12:40

- PRINCIPAL
- SOBRE O STF
- ESTATÍSTICA
- PROCESSOS
- JURISPRUDÊNCIA
- PUBLICAÇÕES
- BIBLIOTECA
- IMPrensa
- LEGISLAÇÃO
- ACESSO À INFORMAÇÃO

Imprensa > Notícias STF

TAMANHO

Favoritos:

- IMPrensa**
- Notícias STF
- Coberturas Especiais
- TV Justiça
- Rádio Justiça
- Banco de Imagens
- Agenda dos Ministros
- Artigos e Discursos
- Entrevistas
- Glossário Jurídico

Notícias STF



Quinta-feira, 15 de agosto de 2002

Pleno mantém supressão da frase "sob a proteção de Deus" na Constituição do Acre

O Plenário do Supremo Tribunal Federal considerou improcedente, por unanimidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2076) do Partido Social Liberal (PSL), contra a Assembléia Legislativa do Acre, por omissão no preâmbulo da Constituição daquele estado da expressão "sob a proteção de Deus".

Preâmbulo da CF/88

NÃO se situa no domínio do direito, mas sim no da política

NÃO tem força normativa

NÃO é de observância obrigatória pelos Estados, DF e Municípios

NÃO serve de parâmetro para a declaração da inconstitucionalidade das leis

NÃO constitui limitação à atuação do poder constituinte derivado, ao modificar o texto constitucional

NÃO é considerado texto constitucional propriamente dito

NÃO é norma constitucional



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



SE O BRASIL É LAICO, POR QUE EXISTEM FERIADOS CATÓLICOS?



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



QUEM PREVALECE: DIREITO A VIDA OU DIREITO DE RELIGIÃO?

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



ESCUSA DE CONSCIÊNCIA

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE/ABIN Considerando a hipótese de que um cidadão esteja internado em entidade civil de internação coletiva e professe como religião o candomblé, nessa hipótese, sendo o Estado brasileiro laico, não será a União obrigada a assegurar a esse interno as condições para que ele tenha assistência religiosa.

CESPE PF O Brasil é um Estado laico, sempre foi assim, inclusive na Constituição do Império de 1824, assegurava-se a inexistência de uma religião oficial do Estado.

CESPE PF O preâmbulo constitucional possui destacada relevância jurídica, situando-se no âmbito do direito e não simplesmente no domínio da política.

CESPE PF O preâmbulo da Constituição é norma central de reprodução obrigatória nas Constituições de todos os Estados da Federação.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

18 INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS





DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Supremo reconhece como prova escutas feitas em escritório de advogado

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu, por maioria, que o escritório do advogado Virgílio Medina não equivale a domicílio e aceitou que, por isso, a polícia poderia ter entrado para a colocação de escutas ambientais. Com isso, o Tribunal considerou legais as provas obtidas por meio da escuta ambiental.

A decisão do Supremo responde a uma das questões preliminares da defesa no Inquérito 2424, que investiga a participação de Medina e outras quatro pessoas – algumas agentes públicos – num esquema de venda de decisões judiciais favoráveis a uma quadrilha que explorava caça-níqueis e bingos.

Virgílio Medina, irmão do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Medina, é considerado peça chave no esquema de venda de decisões judiciais. A suposta participação de Virgílio como mediador das vendas foi definida pelo relator do processo no Supremo, o ministro Cezar Peluso, como motivo suficiente para considerar que seu escritório não seria um lugar para a prática do Direito, e, sim, do crime. “A garantia da inviolabilidade não serve nos casos em que o próprio advogado é acusado do crime, ou seja, a inviolabilidade (garantida pela Constituição) não pode transformar o escritório em reduto do crime”, acrescentou.

Ele afirmou que a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio e dos escritórios e oficinas onde se trabalha reservadamente – como é o caso dos escritórios de advocacia – é relativa, assim como são todos os direitos, inclusive o da vida, se há necessidade de legítima defesa.

Peluso também entendeu que não haveria como a polícia instalar as escutas durante o dia, quando os agentes seriam facilmente identificados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Órgão: TCU Prova: Técnico Federal de Controle Externo - Conhecimentos Básicos (+ provas)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos resguardados pela Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

A casa é asilo inviolável do indivíduo, de modo que ninguém pode nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial; nessa circunstância, a entrada poderá ocorrer em qualquer horário.

CESPE Órgão: Polícia Federal Prova: Agente de Polícia Federal

Mesmo sem o consentimento do proprietário, é permitido ao agente entrar no escritório profissional onde se encontrem os objetos de busca e apreensão.

CESPE PM-CE - Oficial da Polícia Militar Disciplina: Direito Constitucional | Assuntos: Direitos Individuais; Direito à Privacidade; Com referência aos direitos e garantias fundamentais e às ações constitucionais, julgue os itens que se seguem. De acordo com a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a casa, domicílio, que constitui o objeto de proteção da garantia da inviolabilidade consagrada pelo texto constitucional é todo o espaço delimitado que determinado indivíduo utiliza para uso residencial ou profissional. Dessa forma, um simples quarto de hotel ou um escritório podem ser abrangidos pela referida proteção constitucional.

CESPE/Analista - TCE-TO Um advogado que esteja sendo investigado por formação de quadrilha e outros crimes não poderá sofrer, em seu escritório, uma escuta ambiental captada por gravador instalado por força de decisão judicial, já que tal fato viola o princípio de proteção do domicílio.



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

19 SIGILO DAS COMUNICAÇÕES

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;





DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

19 SIGILO DAS COMUNICAÇÕES

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;



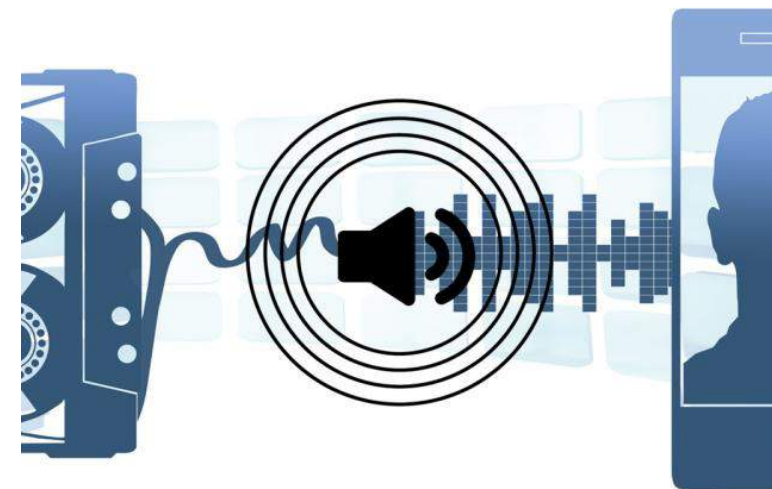


DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

19 SIGILO DAS COMUNICAÇÕES

GRAVAÇÃO CLANDESTINA



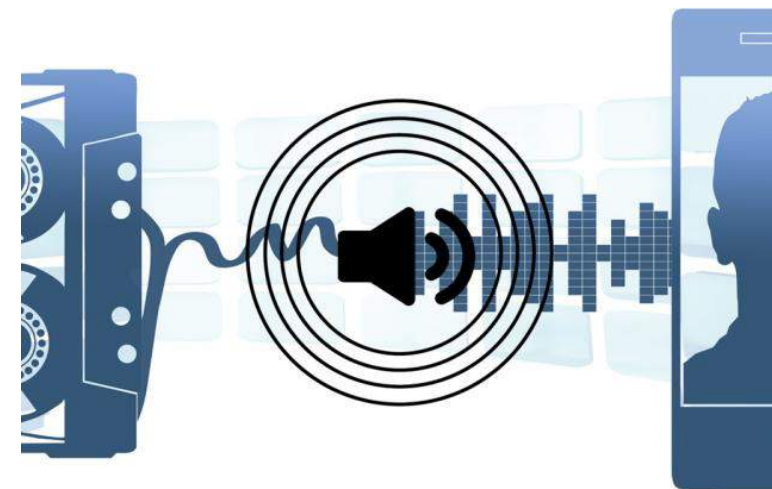


DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

19 SIGILO DAS COMUNICAÇÕES

GRAVAÇÃO AMBIENTAL



DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE - PC-BA - Escrivão de Polícia / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir. Gravar clandestinamente conversa entre agentes policiais e presos, com o objetivo de obter confissão de crime, constitui prova ilícita e viola o direito ao silêncio, previsto constitucionalmente.

CESPE - CNJ - Analista Judiciário - Área Administrativa / Direito Constitucional / Direitos Individuais;) Acerca de direito constitucional, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas CF e STF, sempre que empregadas, referem-se, respectivamente, a Constituição Federal de 1988 e a Supremo Tribunal Federal. Considere a seguinte situação hipotética.

Um servidor público gravou, por conta própria, conversa telefônica em que um empresário lhe oferecia, indevidamente, quantia em dinheiro em troca da obtenção de facilidades em procedimento licitatório. Munido dessa evidência, o servidor público representou ao Ministério Público.

Nessa situação hipotética, apesar de o servidor público não ter autorização judicial para realizar a gravação, a prova gerada é considerada lícita, conforme jurisprudência do STF.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



CESPE Polícia Federal Prova: Agente de Polícia Federal

O agente poderá acessar o conteúdo de correspondências encontradas no escritório profissional do investigado, uma vez que está prevista na CF, de forma expressa, a possibilidade de violação do sigilo das correspondências quando houver ordem judicial em processo penal.

CESPE - PC-BA - Escrivão de Polícia. Gravar clandestinamente conversa entre agentes policiais e presos, com o objetivo de obter confissão de crime, constitui prova ilícita e viola o direito ao silêncio, previsto constitucionalmente.

CESPE - PC-BA - Investigador de Polícia. A quebra do sigilo bancário dos indivíduos pode ser decretada por autoridade policial, desde que autorizada pelo MP, dada a inexistência de proteção constitucional específica acerca do assunto.

CESPE/OAB-SP exame nº 137 Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o sigilo das comunicações telefônicas poderá ser violado, por ordem judicial ou administrativa, para instrução processual de ação de improbidade administrativa.